

Informe Econômico

Os Estados
estão devendo

Alguns Secretários de Fazenda dos Estados mais importantes devem encontrar-se sigilosamente este mês para tratar de um assunto de comum interesse: a pressão dos incentivos fiscais sobre seus orçamentos e a queda de receita de ICM (ou seu crescimento abaixo do desejado).

A combinação desses dois fatores poderá fazer até mesmo com que algumas unidades "prósperas" da Federação cheguem ao mês de outubro/novembro com dificuldades para pagar o funcionalismo. Até que ponto os Estados exportadores estão alegando dificuldades antes que se pense em rever o ICM (o que os prejudicaria) ou até que ponto é o regime tributário discriminatório em favor da União, não se sabe, mas pode-se imaginar qualquer coisa próxima da realidade.

Nos tempos em que era Ministro do Planejamento o Sr Hélio Beltrão e seu secretário-geral o Sr Reis Veloso, foram introduzidas modificações no Fundo de Participação dos Estados e Municípios destinadas a corrigir o que o Governo considerou como "excesso distributivista." Na realidade, enquanto a União lutava para equilibrar o orçamento, alguns municípios prósperos recebiam suas quotas no Fundo de Participação e com elas iam construir paços de mármore ou fontes luminosas.

Beltrão, contudo, ao lado das medidas contencionistas empreendeu uma campanha paralela de racionalização do serviço público, porque entendia que eliminar déficits não era coisa que se fizesse apenas cortando verbas. Nas administrações Costa e Silva e Médici a Fazenda sempre deteve um forte controle da execução orçamentária, a despeito de a proposta ser elaborada no Planejamento, e a filosofia de remuneração do serviço público não pretendia transformar o Estado numa sinecura atraente.

Aumentos de receita proporcionados pelas taxas favoráveis de expansão do Produto Interno Bruto contribuíram também para que a execução orçamentária se mantivesse com um superávit constante desde 71/72, a despeito de que o Sr Delfim Neto evitasse revelar oficialmente esse superávit "para não estimular ninguém a gastar por conta".

Esta situação começou a reverter de maneira drástica este ano, porém todos se recordam de que o Ministro do Interior apresentou o desequilíbrio entre receita e despesa no ano passado para justificar perante os Estados nordestinos o não cumprimento das promessas da União de supri-los com fundos adicionais para os programas regionais de desenvolvimento. Na época, faltaram até mesmo os fundos regulares, e o Ministro do Planejamento veio a público desmentindo o do Interior para explicar mais tarde um déficit que, segundo ele, não houve.

Não há, neste momento, elementos técnicos com os quais se possa qualificar o que o Ministro da Fazenda entende por um "orçamento pior" — tal como se referiu ao orçamento deste ano em uma entrevista recente. Tudo leva a crer, contudo, que a deterioração orçamentária é gerada nas antessalas do Planejamento e decorre do novo estilo administrativo, o qual, segundo muitos observadores, virtualmente instituiu o regime da "caixa política" no país.

Evidentemente há dois problemas a considerar, nesse caso: um é a própria execução orçamentária da União, e o outro é a situação dos Estados, cuja capacidade para arrecadar impostos é limitada. Se Estados importantes como São Paulo começarem a alegar que não dispõem de fundos para pagar seu funcionalismo, evidentemente algo terá de ser feito. Ao que se sabe, São Paulo pretende recorrer à dívida interna, lançando mais Obrigações Estaduais no mercado de títulos públicos, porém tem esbarrado no Banco Central.

Até que ponto uma pressão vigorosa de lançamento de papéis de tesouros estaduais não contribuiria para agravar o mercado? A situação no open no fim do mês passado era francamente de dúvidas, e isso porque o Banco Central nada disse a respeito de uma provável garantia de recompra de Obrigações Reajustáveis do Tesouro pelo seu valor nominal. Misturando-se problema com problema vê-se, evidentemente, que as proposições para reforma do Imposto de Circulação de Mercadorias não podem ser levadas a sério pelo menos enquanto não se tenham realizado as eleições de novembro.

De uma forma ou de outra é possível que alguns Secretários de Fazenda dos Estados tenham algo a dizer, e nada mais produtivo do que ouvi-los.

Isto, pelo menos, contribuiria para alimentar o espírito federativista no país. Ou o que resta dele.